

**A GESTÃO DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS  
UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: O MODELO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**MANAGEMENT OF STUDENT ASSISTANCE PROGRAMS IN BRAZILIAN  
PUBLIC UNIVERSITIES: THE MODEL OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA  
CATARINA**

Júlio Eduardo Ornelas Silva<sup>1</sup>  
Cláudio José Amante<sup>2</sup>  
Pedro Antônio de Melo<sup>3</sup>  
Flora Moritz da Silva<sup>4</sup>

**RESUMO**

Os estudantes possuem nas universidades a oportunidade de ascenderem social e economicamente, precisando passar por obstáculos como as dificuldades de acesso a uma educação básica de qualidade, que oportunize fácil acesso em uma universidade pública. Após esse obstáculo, se veem ainda com vulnerabilidades socioeconômicas, necessitando de subsídios para se manterem na universidade. Focado nessa preocupação, e a partir de intensos movimentos de setores importantes da sociedade, é que o Governo Federal lançou o Programa de Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que possui como um dos objetivos auxiliar os acadêmicos a se manterem no decorrer da graduação. Este artigo apresenta os resultados obtidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Catarina – PRAE, responsável pela implementação do Programa, no período de maio de 2008 a dezembro de 2011, tendo por missão desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas, direcionadas ao acesso, à permanência e à conclusão de discentes matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFSC. A pesquisa, pautada nos relatórios de gestão da Pró-Reitoria e da Universidade, evidencia que os avanços nos resultados foram expressivos, com aumento no número de bolsas permanência, de auxílios moradia, viagens de estudo, auxílios a eventos científicos e de refeições no Restaurante Universitário.

**Palavras-chave:** Assistência estudantil; PNAES; Universidade.

**ABSTRACT**

Students at universities have the opportunity to ascend socially and economically, needing to go through obstacles and difficulties of access to a quality basic education, which opportunize easy access to a public university. After that hurdle, still find themselves with socio-economic vulnerabilities, requiring subsidies to remain at the university. Focused on that concern, and from intense movements of important sectors of society, is that the Federal Government launched the National Program for Student Assistance - PNAES, which has as a goal to help students stay during graduation. This article presents the results obtained by the Dean of Student Affairs at the Federal University of Santa Catherine - PRAE, responsible for implementing the Program for the period May 2008 to December 2011 with the task of

<sup>1</sup> Graduação em Administração pela UFSC. Mestrando em Administração pela UFSC. Pesquisador do INPEAU/UFSC. Editor Executivo da Revista GUAL. E-mail: julioornelas@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da UFSC gestão 2008-2012 e Pesquisador do INPEAU/UFSC. E-mail: claudiojosea@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Diretor do INPEAU/UFSC e Professor do Departamento de Ciências da Administração. E-mail: pedro.inpeau@gmail.com.

<sup>4</sup> Mestranda em Administração pela UFSC e Pesquisadora do INPEAU/UFSC. E-mail: floramds@gmail.com.

developing institutional actions, educational and academic directed to the access, permanence and completion of students enrolled in undergraduate attendance at UFSC. The research, based on reports from management of the Dean and of the University, shows that the improvements in results were significant, with an increase in the number of scholarships residence, housing aid, study tours, aid to scientific events and meals in restaurant university.

**Keywords:** Student assistance; PNAES; University.

## 1 INTRODUÇÃO

As universidades são instituições seculares e locais onde os acadêmicos emancipam-se com a sabedoria e a experiência dos docentes. Na contemporaneidade, em especial no contexto brasileiro, muitos são os estudantes que têm nas universidades a oportunidade de ascenderem socialmente. No entanto, passam por obstáculos que permeiam a sociedade brasileira, em especial a carência de educação básica pública de qualidade, que oportunize melhor desempenho nos processos seletivos para ingresso nas universidades públicas. Muitos desses estudantes, após ultrapassarem esses obstáculos, encontram ainda dificuldades para se manterem nas universidades no decorrer da graduação, em razão de suas vulnerabilidades socioeconômicas, e assim, necessitando de subsídios do Estado.

Focado nessa preocupação, e a partir de intensos movimentos de setores importantes da sociedade, é que o Governo Federal lançou em 2010 o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Além do objetivo de auxiliar os acadêmicos a se manterem no decorrer da graduação, o PNAES também possui como foco a igualdade social, oportunizando, por exemplo, que estudantes vulneráveis socioeconomicamente tenham as mesmas oportunidades dos que não são, de participarem de eventos científicos. Nas universidades, as Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis são os órgãos responsáveis por executarem o referido programa em nível institucional.

O artigo apresenta os resultados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Catarina – PRAE no período de maio de 2008 a dezembro de 2011. Ao desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas, direcionadas ao acesso, à permanência e à conclusão de discentes matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFSC, exigiu-se de seus responsáveis um esforço significativo.

Neste universo, existem alunos dos mais variados locais e de diferentes situações socioeconômica, com vocação para a pesquisa, ensino e extensão, para o empreendedorismo, para atuarem no setor público, para a docência, para os movimentos sociais, políticos e religiosos e etc.

A PRAE atua neste cenário, executando programas como bolsas permanência, auxílio moradia, viagens de estudo, auxílios a eventos científicos e de refeições no Restaurante Universitário. É nesse contexto que o presente artigo se insere.

## 2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Vasconcelos (2010) explica que em muitos países a atenção com a educação, incluindo a educação superior, ocorre há séculos. No Brasil, apenas na década de 1930 que a educação passou a ser reconhecida como um direito público, apesar de não estar assegurada. Assim, apenas nas décadas de 1950 a 1970 que inicia a expansão da educação superior, com criação de novas universidades e aumento substancial de matrículas.

A Constituição de 1988 determina que a educação é um direito público, não podendo haver qualquer tipo de discriminação, e conforme Vasconcelos (2010, p.606) “[...] devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito.”. Contudo, a realidade brasileira, em especial os fatores ligados ao socioeconômico, não é igualitária, ocorrendo que alguns possuem melhores condições de ascensão social que outros, inclusive do acesso e permanência na educação superior.

Vargas (2011) aponta que a assistência estudantil atua justamente nesta questão, contribuindo para a permanência de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica nas instituições, proporcionando aos mesmos o exercício da cidadania e a emancipação individual.

Foi a partir de 2007, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o tema assistência estudantil tornou-se política de Estado, representando um marco histórico com a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Para Vasconcelos (2010), essa conquista foi resultado de um esforço coletivo de dirigentes, de docentes e de discentes.

Vasconcelos (2010, p. 599) entende que “[...] a finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil é prover os recursos necessários aos estudantes de baixa condição socioeconômica [...]”, de modo que os acadêmicos concluam a graduação com bom desempenho curricular, e diminuindo o percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão.

A partir de um estudo elaborado com egressos da Universidade Federal de Minas Gerais, Vargas (2011) concluiu que os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica que receberam assistência estudantil, e conseguiram obter o diploma de graduação, tornaram-se profissionais qualificados, e ingressaram no mercado de trabalho portando credenciais

valorizadas, possibilitando a sua ascendência social. Ou seja, a assistência estudantil permite não apenas a ampliação das oportunidades de permanência na educação superior, mas também a diminuição das desigualdades sociais.

O financiamento do PNAES, segundo Vasconcelos (2010, p.613), é oriundo do Tesouro Nacional, sendo que “[...] ficou determinado que a verba deva ser repassada às IFES, que serão as responsáveis pela implantação das ações e pela definição dos critérios de seleção dos alunos que serão beneficiados pelos projetos.”

## 2.1 Universidades e o contexto brasileiro

Drèze e Debelle (1983) explicam que os homens da Idade Média inseriram um princípio na consciência do mundo ocidental de que a conservação e a perpetuação dos conhecimentos teóricos mereciam ser confiadas a uma instituição especial, que passou a denominar-se universidade. Ao contrário do pensamento comum, mais que exemplo de progresso, as universidades são heranças da ênfase à conservação e à transmissão dos conhecimentos.

Oliveira (2007) destaca que as primeiras universidades do século XIII, Paris e Bolonha, foram criadas por papas e príncipes, que exerciam grande influência naquelas universidades. Segundo a autora,

dois grandes exemplos da influência desses poderes na organização da universidade medieval são a *Authentica Habita*, de Frederico Barba Roxa, de 1.158, e a bula de Gregório IX intitulada *Parens scientiarum universitas*, de 1231. Ambas foram promulgadas para proteger a vida e os interesses dos estudantes e mestres e para organizar a vida acadêmica (2007, p.120).

Existia àquela época uma dualidade, pois, como afirmam Drèze e Debelle, “é evidente que a Universidade está, há vários anos, submetida a reais tensões: é a consequência inelutável de uma evolução rápida, mas com condições de trabalho de uma instituição muitas vezes lenta em adaptar-se.” (1983, p. 33).

Obter uma definição consensual de universidade é um desafio, e muitos autores apontam para características. Trigueiro, por exemplo, explica que

uma estrutura institucional, como a universitária, compreende uma coletividade – na qual se inserem docentes-cientistas, discentes e técnico-administrativos – com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa, escalas de autoridade e sistemas de comunicações, e se engaja em atividades que estão relacionadas com um conjunto de objetivos bem definidos (1999, p. 31).

O ensino superior brasileiro iniciou com a chegada da família real portuguesa no Brasil, no início do século XIX, com o propósito de fornecer profissionais para atuarem na corte. De acordo com Martins (2003), com o fim do império, havia apenas seis escolas superiores, sendo que em 1900 somavam 24. Após três décadas o Brasil já contava com uma centena de instituições. Morhy (2004) complementa que, essas 24 instituições existentes até 1900, representaram um atraso em relação a outras nações. A primeira iniciativa ocorreu em 1592 com a Universidade do Brasil, instalada na Bahia pelos jesuítas, mas que não houve aprovação pelo Papa e pelo Rei de Portugal.

Após quatro séculos do descobrimento do Brasil é que foi criada a Universidade do Paraná, em 1912, mas que, logo em seguida, em 1915, foi desautorizada de funcionar, de acordo com Morhy (2004). O mesmo ato da desautorização exigia, também, que a criação de instituições de ensino superior só poderia ocorrer em cidades com mais de 100.000 habitantes. Situação semelhante ocorreu em Manaus, onde em 1909 começou a funcionar a Escola Livre de Manaus, e em 1913 passou a se chamar Universidade de Manaus.

Foi apenas em 1920 que legalmente surgiu a primeira Universidade, situada na cidade do Rio de Janeiro, decorrente da fusão da Escola Politécnica com a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, sendo chamada de Universidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, no Brasil, já existiam algumas instituições isoladas de educação superior, que normalmente seguiam o modelo das instituições francesas. Morhy (2004) cita que posteriormente surgiram outras universidades, mescla dessas instituições isoladas, como Universidade do Distrito Federal, em 1935 e as Universidades Federais de Minas Gerais, da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul, nos anos 40. Em 1950 havia aproximadamente 10 universidades em funcionamento no país, e já no início dos anos 60 somavam aproximadamente 20 instituições.

As universidades brasileiras tiveram dois momentos principais em sua história, conforme explicações de Oliveira, Dourado e Amaral (2006). Até a década de 1960 era o momento da transmissão da cultura; ensino de profissões; investigação científica e educação dos novos homens de ciência. A partir do final da década de 60, os três fins principais da universidade passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviços.

Em 1988, com a Constituição promulgada, define-se universidades como uma instituição que apresenta a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão (BRASIL, 1988), e no decorrer de 2 décadas, diversas políticas públicas foram instituídas para as universidades estatais, em específico as universidades públicas federais brasileiras.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada, tendo como suporte dados do período de 2008 a 2011, do Relatório de Gestão da PRAE 2011 e de Atividades da UFSC, que são documentos oficiais. Portanto, é uma pesquisa caracterizada como documental, de acordo com Lakatos e Marconi (1991), sendo a fonte de coleta de dados restrita a documentos oficiais, que fornecem a fidedignidade requerida. Mattar (2008) explica que existem documentos onde há uma riqueza a ser explorada que nem sempre é levada em consideração pelos pesquisadores.

Após a coleta de dados dos relatórios, procederam-se a análise de quadros e tabelas, contextualizando com os referenciais teóricos apresentados, chegando aos resultados que são apresentados na seção seguinte. Considerando essa metodologia de coleta e análise dos dados, a pesquisa é classificada como qualitativa e quantitativa.

### 4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Universidade de Santa Catarina foi criada em dezembro de 1960, originária de sete faculdades isoladas, que inicialmente a compuseram, sendo, por ordem de data de fundação, as faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Serviço Social, Medicina. Assim como outras universidades patrocinadas pela União, a Universidade de Santa Catarina recebeu a denominação de Universidade Federal pela Lei nº 4.759, de 20/08/65. Com a reforma universitária de 1969 (Decreto nº 64.824, de 15/07/1969), as faculdades deram lugar às unidades universitárias, com a denominação de centros, os quais agregam os departamentos. A ilustração 1 relaciona os centros existentes.

Na modalidade de ensino presencial, a participação da UFSC no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), em 2008, permitiu de forma significativa a oferta de novos cursos e vagas. Com base nos recursos desse programa, a UFSC também criou e instalou, em 2009, os novos *campi* de Araranguá, Curitiba e Joinville.

A gestão central da UFSC é feita via órgãos deliberativos e órgãos executivos. Os órgãos deliberativos são o Conselho Universitário, para deliberação no nível mais alto na própria Universidade e as câmaras, com função deliberativa nas áreas acadêmicas. A função fiscalizadora é exercida pelo Conselho de Curadores, pela Auditoria Interna e pela Ouvidoria.

Até maio de 2012, os órgãos executivos da UFSC, como a outra parte essencial da gestão central da Universidade, são compostos de seis Pró-reitorias e três secretarias

especiais, além do Gabinete do Reitor. A ilustração a seguir apresenta um organograma com as pró-reitorias, secretarias especiais e unidades universitárias.

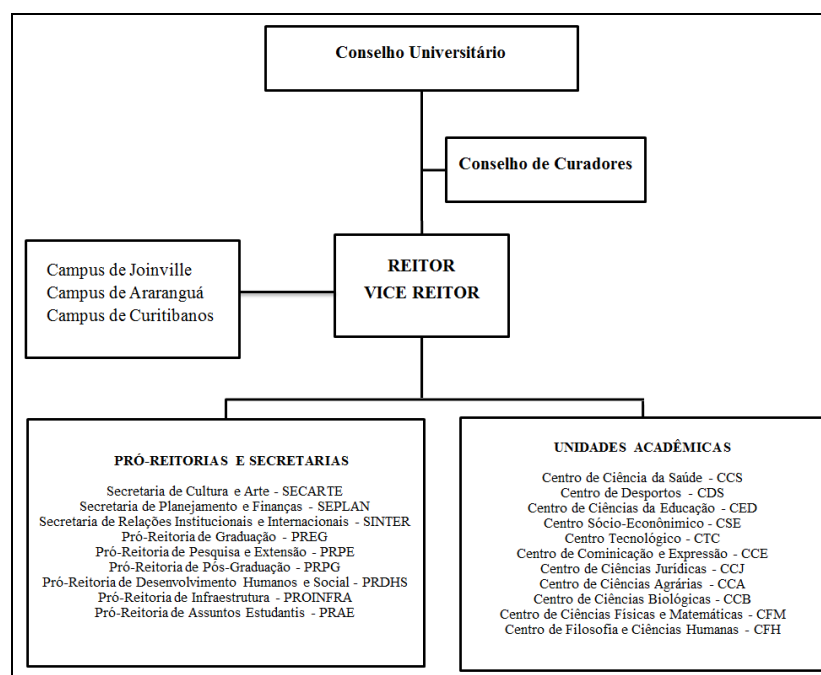


Ilustração 1 Organograma geral da UFSC  
 Fonte: Relatório de Atividades UFSC 2010.

#### 4.1 A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE

A PRAE tem por missão desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas, direcionadas ao acesso, à permanência e à conclusão de discentes matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias. Até maio de 2012 estava constituída da seguinte forma: 78 servidores, sendo 04 servidores docentes e 74 servidores técnico-administrativos em educação.

Para cumprir a sua missão e atribuições, a sua estrutura organizacional era constituída, até maio de 2012, conforme apresentado na ilustração a seguir.

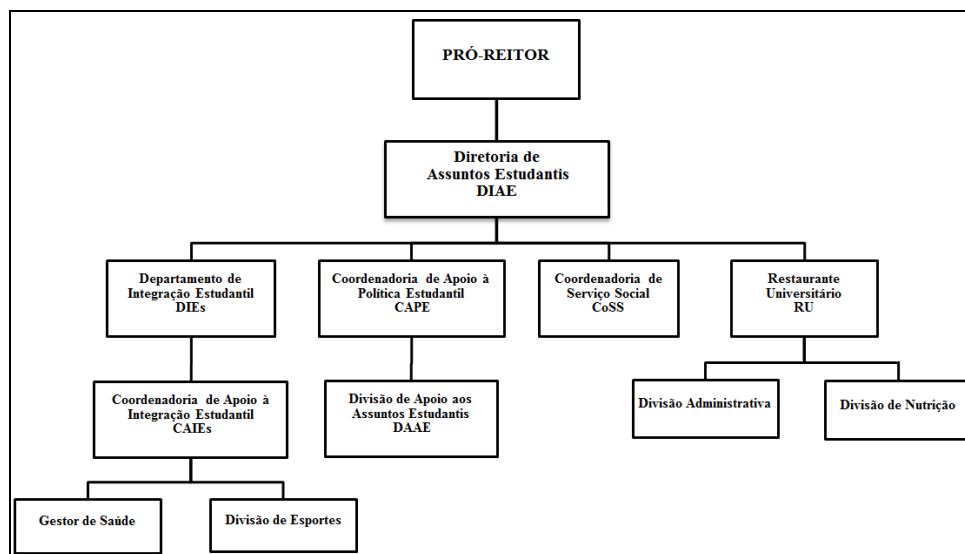


Ilustração 2 Organograma geral da PRAE  
 Fonte: Relatório de Gestão da PRAE/UFSC, 2011.

#### 4.2 Os programas da PRAE

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis atua em sua área por meio de diversas ações voltadas ao público estudantil, enquadrando essas ações em programas, como o Programa Bolsa Permanência, Moradia Estudantil, Viagem de Estudos e Apoio à Participação em Eventos Científicos.

O Programa Bolsa Permanência foi instituído por meio da Resolução 015/CUn/2007, que o define como um programa de caráter social que visa propiciar auxílio financeiro aos alunos dos cursos de graduação presencial, classificados como em situação de fragilidade socioeconômica, para sua permanência na Universidade. Estabelece que a concessão da bolsa ocorrerá mediante a alocação do aluno em um projeto de pesquisa, ensino ou extensão vinculado a sua área de formação.

A bolsa permanência passou a ser regulamentada também por decreto federal nº 7.416 de dezembro de 2010, que determina que a bolsa deva promover o acesso e a permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica. Até maio de 2012, valor da bolsa era de R\$ 457,00, devendo o discente cumprir 20 horas semanais para o desempenho das atividades previstas no projeto.

A Moradia Estudantil da UFSC é vinculada a PRAE e amparada por meio da Resolução nº 006/2003 do Conselho Universitário, disponibilizando 154 vagas para alunos que estão cursando a graduação, com dificuldades financeiras para estudar em uma universidade pública distante de sua família e cidade de origem. Destas vagas, 12 são ofertadas para alunos estrangeiros oriundos do MERCOSUL (06 por semestre) e 06 para os

alunos oriundos da África que realizam cursos de verão nos meses de janeiro e fevereiro. Ela possui infraestrutura básica necessária para o aluno morar. As despesas com água, luz, gás e manutenção são custeados pela UFSC. Para o ano de 2012, está previsto a inauguração de um novo prédio, com aproximadamente 80 vagas.

Aos acadêmicos que não conseguem ingressar na Moradia Estudantil, foi criado o Programa de Auxílio Moradia, que consiste na concessão de auxílio financeiro para os estudantes não atendidos na disponibilidade inicial de vagas. Atualmente o auxílio é de R\$ 200,00, devendo o acadêmico comprovar, no ato de sua inscrição para o processo seletivo, as despesas com aluguel. Na ocorrência de abertura de vagas na Moradia Estudantil, os estudantes da lista de espera são chamados, deixando de receber este auxílio. Entre os estudantes chamados para a moradia, alguns preferem não ocupar as vagas, deixando de receber o auxílio, conforme determinação do Edital.

Além dos programas de Bolsa Permanência e de Auxílio Moradia, a PRAE possui o Programa Viagem de Estudos, que é normatizado pela Resolução nº 045/CEPE/1989 e entendido como a atividade extra-universidade, relacionada com a formação acadêmica do corpo discente, que oportuniza o conhecimento prático em disciplina integrante do projeto pedagógico do curso.

A PRAE viabiliza também a participação ativa de discentes da UFSC em eventos científicos regionais, nacionais e internacionais, incluindo congressos, simpósios, encontros, seminários, jornadas científicas, palestras, entre outros, de modo a difundir os resultados da produção científica. Nesse caso, Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos, atua em três vertentes principais: (1) a contratação de ônibus, (2) a concessão de passagem concomitante a concessão de bolsa a cada aluno para auxílio financeiro com estadias e alimentação e a (3) concessão de apenas passagem.

Outra atividade de grande impacto na vida estudantil é o Restaurante Universitário, que serviu no ano de 2011, em média, 6.500 refeições por dia, sendo 5.000 almoços e 1.500 jantares. Os estudantes com cadastro socioeconômico aprovado pela Coordenadoria de Serviço Social, quando requerem, recebem isenção de alimentação.

### **4.3 Os resultados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSC**

O Programa Bolsa Permanência revelou ser um importante instrumento de permanência para alunos com vulnerabilidade socioeconômica. Em agosto de 2011 o seu valor foi alterado passando de R\$ 364,00 para R\$ 420,00.

Na Tabela 1, verifica-se que, de 2008 para 2011 houve um incremento de mais de 151% nos valores destinado a bolsa permanência, representando um aumento de 105% na quantidade de bolsas ofertadas. As Unidades de Ensino que mais receberam este benefício foram o CFH (139 bolsas), o CCA (102 bolsas) e o CFM (96 bolsas). Em relação aos Campi, o local que desvelou uma maior necessidade foi localizado na cidade de Curitibaanos (168 bolsas), seguido por Joinville (78 bolsas) e Araranguá (65 bolsas).

Mês	Ano							
	2008		2009		2010		2011	
	Nº	Valor (R\$)	Nº	Valor (R\$)	Nº	Valor (R\$)	Nº	Valor (R\$)
Jan	-	-	567	206.388,00	944	343.616,00	992	361.088,00
Fev	-	-	566	206.024,00	907	330.148,00	982	357.448,00
Mar	500	182.000,00	649	236.236,00	942	342.888,00	1096	398.944,00
Abr	501	182.364,00	639	232.596,00	928	337.792,00	1055	384.020,00
Mai	544	198.016,00	739	268.996,00	998	363.272,00	1028	374.192,00
Jun	543	197.652,00	733	266.812,00	988	359.632,00	1014	369.096,00
Jul	527	191.828,00	727	264.628,00	990	360.360,00	1007	366.548,00
Ago	582	211.848,00	843	306.852,00	1004	365.456,00	1131	475.020,00
Set	557	202.748,00	814	296.296,00	980	356.720,00	1101	462.420,00
Out	599	218.036,00	954	347.256,00	1064	387.296,00	1200	504.000,00
Nov	589	214.396,00	951	346.164,00	1035	376.740,00	1197	502.740,00
Dez	583	212.212,00	944	343.616,00	1032	375.648,00	1197	502.740,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.525</b>	<b>2.011.100,00</b>	<b>9.126</b>	<b>3.321.864</b>	<b>11.812</b>	<b>4.299.568,00</b>	<b>13000</b>	<b>5.058.256,00</b>

**Tabela 1** – Número de Bolsas Permanência distribuídas por mês e o investimento financeiro em reais concedido em 2011. Fonte: Relatório de Gestão da PRAE/UFSC, 2011.

Apesar destes resultados expressivos é importante salientar que este programa necessita realizar uma ampla avaliação institucional, principalmente no que se refere ao papel da instituição em promover mudanças da realidade social, ao número necessário de bolsas indispensáveis para suprir a demanda existente, à carga horária de atividades discente, a sua importante contribuição formativa, a sua ajuda para viabilizar a igualdade de oportunidades e tantos outros fatores presentes neste programa.

Em relação à Moradia Estudantil, são disponibilizadas atualmente 154 vagas. Em 2011 foram contemplados 184 acadêmicos e a diferença deparada de 30 vagas é em decorrência da rotatividade que ocorre na moradia, em virtude de estudantes que se formam. Em 2011 a região brasileira mais contemplada com vagas na moradia estudantil foi a Região Sul, com 125 alunos contemplados, destacando-se Santa Catarina com 97 alunos, seguida pela região Sudeste com 48 alunos, Nordeste com 10 alunos e Centro-Oeste com apenas 01 aluno. A Região Norte não apresentou moradores neste ano.

Para os acadêmicos que não conseguem ingressar na Moradia Estudantil, e receberam Auxílio Moradia, foram concedidas nos períodos de abril a julho, 450 bolsas. No segundo semestre, de setembro a dezembro, ocorreu ampliação para 550 bolsas. Na ocorrência de abertura de vaga, os estudantes foram chamados ocupar a vaga deixando de receber o Auxílio Moradia. Entre os estudantes chamados para vaga da moradia da lista de espera, alguns optaram por não ocupar as vagas, preferindo ficar até sem o recebimento do auxílio conforme determinação do Edital.

Nesse sentido, há indicativo que o interesse era no auxílio moradia, o que levou a PRAE a identificar e reavaliar junto aos estudantes, os reais motivos para desistência da vaga. O valor do Auxílio Moradia não foi alterado continuando R\$ 200,00 (duzentos reais). Em relação aos Campi, o campus situado na cidade de Curitibanos, foi o local que recebeu o maior numero de auxílio moradia, conforme pode ser observado na Tabela 2. Este fato também foi observado em relação ao programa bolsa permanência. Os dados sinalizam que o perfil socioeconômico dos discentes deste Campus pode apresentar uma maior vulnerabilidade socioeconômica.

Semestre	<i>Campi</i>					
	Araranguá		Curitibanos		Joinville	
	Inscritos	Atendidos	Inscritos	Atendidos	Inscritos	Atendidos
2011/2	50	36	115	97	57	40
2011/1	44	24	132	86	45	22
<b>Total</b>	94	60	247	183	102	62

**Tabela 2** – Distribuição do número de solicitações e de concessão de Auxílio Moradia nos Campi em 2011. Fonte: Relatório de Gestão da PRAE/UFSC, 2011.

O Programa Viagem de Estudo, direcionado para atividades desenvolvidas em outras localidades, fora do ambiente universitário, em que o docente da disciplina solicita a contratação de um veículo (ônibus, micro ônibus, vans, etc.) para transportar os acadêmicos da sua disciplina em turnês formativas alinhadas ao projeto pedagógico do curso tem o seu resultado apresentado na Tabela 3.

Meses	Alunos			Professores			Viagens		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
JAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FEV	147	61	34	11	7	10	6	4	2
MAR	1.236	1.732	563	80	84	38	46	57	23
ABR	3.173	3.062	2292	162	157	128	102	93	81
MAI	3.056	4.101	3772	180	216	210	109	138	129

<b>JUN</b>	2.605	2.275	4066	151	114	233	88	76	132
<b>JUL</b>	434	459	911	39	34	57	18	19	35
<b>AGO</b>	1.652	1.621	1276	105	100	78	59	55	42
<b>SET</b>	2.570	2.683	3577	154	132	198	92	88	119
<b>OUT</b>	2.866	2.725	3701	168	127	195	105	95	128
<b>NOV</b>	3.491	3.482	3189	187	165	189	116	112	111
<b>DEZ</b>	323	488	527	20	21	28	13	16	23
<b>Total</b>	<b>21.553</b>	<b>22.689</b>	<b>23.908</b>	<b>1.257</b>	<b>1.157</b>	<b>1.361</b>	<b>754</b>	<b>753</b>	<b>825</b>

**Tabela 3** – Dispersão numérica das solicitações atendidas no Programa Viagem de Estudo. Fonte: Relatório de Gestão da PRAE/UFSC, 2011.

Em relação aos números apresentados em 2009, foi percebido um aumento na quantidade de alunos, de professores e de viagens atendidas. No ano de 2011 foram realizadas mais viagens de longa distância e algumas para o exterior em relação ao ano de 2010.

Esta atividade deve ser entendida como um importante evento de formação, no qual os alunos vivenciam a realidade presente nos mais diversos cenários de sua atividade formativa, aproximando dessa forma o ensino teórico da atividade prática.

O número de alunos atendidos por esta ação por Unidade de Ensino, entre 2004 e 2011, está demonstrado na Tabela 4. Novamente, o CCA e o Campus de Curitibanos estão entre os locais os locais que solicitaram apoio para esta atividade.

Centro/Campi	Ano								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
<b>CCA</b>	2.220	825	1.515	2.390	5.191	4.813	6.062	5.226	
<b>CED</b>	1.300	1.632	2.023	1.794	2.960	4.244	4.058	4.754	
<b>CTC</b>	1.715	578	461	1.375	3.662	4.430	4.164	4.091	
<b>CFH</b>	1.175	360	254	254	3.042	3.070	2.965	3.440	
<b>CCB</b>	990	950	958	694	1.420	2.288	2.785	2.762	
<b>Curitibanos</b>	-	-	-	-	-	-	-	1.054	
<b>CCE</b>	15	100	63	85	465	328	424	828	
<b>CSE</b>	199	-	-	78	350	468	704	683	
<b>CCS</b>	281	153	505	567	535	788	746	421	
<b>CDS</b>	255	93	37	-	503	778	354	383	
<b>Araranguá</b>	-	-	-	-	-	-	130	207	
<b>Joinville</b>	-	-	-	-	-	-	74	52	
<b>CFM</b>	127	-	-	-	-	84	52	7	
<b>CCJ</b>	-	-	-	68	40	-	-	-	
<b>Outros</b>	-	40	-	-	724	262	-	-	
<b>Total</b>	<b>8.277</b>	<b>4.773</b>	<b>4.773</b>	<b>5.816</b>	<b>18.892</b>	<b>21.553</b>	<b>22.518</b>	<b>23.908</b>	

**Tabela 4** – Dispersão numérica das solicitações atendidas no Programa Viagem de Estudo por Unidade de Ensino/Campi. Fonte: Relatório de Gestão da PRAE/UFSC, 2011.

Os números do Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos estão representados na Tabela 05. Nela encontra-se distribuído o resultado numérico desta atividade. Eles representam também o crescimento institucional e contribuíram para a divulgação da produção acadêmica da universidade.

Programa de apoio à participação em eventos científicos – apresentação de trabalho					
Descrição da atividade		Ano			
		008	009	010	011
Contratação de Ônibus	Número de alunos	7.671	10.567	13.907	15.259
	Número de professores	29	50	12	60
	Número de viagens	230	328	391	433
Concessão de passagem concomitante a concessão de bolsa a cada aluno para auxílio financeiro com estadias e alimentação	Nº de Passagem	467	203	277	172
	Nº de Bolsas	191	258	277	662
Concessão de apenas passagem	Nº de Passagem	467	561	277	256

**Tabela 05** – Distribuição dos resultados obtidos pelo programa de apoio eventos científicos – apresentação de trabalho. Fonte: Relatório de Gestão da PRAE/UFSC, 2011.

Quanto ao Restaurante Universitário, para produzir a média de 6.500 refeições diárias, o RU possuía 42 servidores, sendo 29 envolvidos diretamente na produção de refeições (cozinheiros e armazenistas), bem como nos processos de distribuição das refeições e limpeza dos setores e equipamentos. Contou ainda com 45 cozinheiros terceirizados de segunda a sexta feira, para servir almoço e 17 para servir o jantar. Na Tabela 06 mostra o crescimento do número de refeições e da média servida em toda universidade, incluído os Campi.

no	Total	
	Nº de refeições	Média do Nº de refeições
006	887.900	3.580
007	590.717	2.095
008	823.637	3.205
009	892.860	3.247
	1.206.6	4.372

010	43	
	1.103,8	4.690
011	95	

**Tabela 06** – Refeições fornecidas pela universidade em 2011. Fonte: Relatório de Gestão da PRAE/UFSC, 2011.

Além do corpo de servidores técnico-administrativo, o RU complementa o seu quadro de servidores com a contratação de empresas prestadoras de serviço de cozinha. Com a inauguração do novo complexo restaurante universitário em novembro de 2011, houve um potencial aumento na contribuição para o ensino, a pesquisa e a extensão, tornando-se referência enquanto restaurante escola, além de prestadora de serviços. O Restaurante Universitário também é indutor de transformação social, quando faz aquisição de produtos hortifrutigranjeiros procedente da agricultura familiar, exercendo assim um importante papel social.

Verifica-se pelas tabelas apresentadas que os resultados dos programas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSC foram crescentes nos últimos anos, alcançando um público estudantil cada vez maior.

## 5 CONCLUSÕES

A UFSC é uma instituição universitária antiga para os padrões brasileiros, desenvolvendo-se como as suas congêneres, e impactando na sociedade em que se insere desde a década de 1960. Possui uma estrutura diversificada e complexa, característico de uma organização de mais de meio século de existência. Inserida nessa estrutura encontra-se a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, cuja missão envolve ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas ao acesso, à permanência e à conclusão de acadêmicos em cursos de graduação presencial.

A PRAE apresenta diversos programas voltados ao público estudantil, sendo alguns deles o Programa Bolsa Permanência, Moradia Estudantil, Auxílio Moradia, Viagem de Estudos e Apresentação de Trabalho em Eventos Científicos, além do atendimento no Complexo Restaurante Universitário.

Todos esses programas, como elencados em tabelas na seção anterior, apresentaram constantes aumentos em seus resultados nos últimos anos, alcançando um público cada vez maior de estudantes. O conjunto de esforços internos e externos contribuiu para alcançar tais objetivos, em especial a dedicação da equipe da Pró-Reitoria e o cenário de política federal favorável, com a liberação de recursos do PNAES.

Muitos são os desafios que estão por vir, entre eles a falta de espaço físico para um melhor ambiente de trabalho dos servidores e acolhimento dos acadêmicos, bem como a falta de servidores para o atendimento cada vez maior do público estudantil.

Sugere-se que o Programa de Viagem de Estudo contemple também o auxílio financeiro para despesas com hospedagem e alimentação, tendo em vista que muitas viagens duram mais de um dia na cidade destino, e alguns acadêmicos com vulnerabilidade socioeconômica não possuem condições de arcar com essas despesas, além do fato da universidade ser pública e gratuita.

Outra sugestão faz-se para o Complexo Restaurante Universitário, que poderia ofertar em conjunto com o setor de Gestão de Pessoas da Universidade, cursos de capacitação culinária aos colaboradores da Instituição. Esse tipo de curso proporcionaria maior humanização nas relações de trabalho, com integração dos colaboradores, que fugiriam do modelo Taylorista de produção.

O presente artigo encontrou algumas indagações que podem ser mais bem estudadas em outras pesquisas, sugerindo-se, por exemplo, analisar o porquê do interesse dos acadêmicos apenas no auxílio moradia, e não na moradia estudantil, procedendo-se uma pesquisa dos reais motivos para desistências das vagas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2012.

DRÈZE, J.; DEBELLE, J. **Concepções da Universidade**. Tradução de Assis Garcia e Celina Fontenele Garcia. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. ver. eampl. – São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, C. B. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de Pós-Graduação. In: CAPES. **50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV**. Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, 2003. p. 294-309.

MATTAR, J. **Metodologia Científica na Era da Informática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORHY, L. **Universidade no mundo – Universidade em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, J. F. de; DOURADO, L. F.; AMARAL, N. C. Desafios e Perspectivas de uma Política para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). In: OLIVEIRA, J. F. de O. [et al.]. **Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

PRAE, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSC. **Relatório de Gestão da PRAE 2011**. Florianópolis, PRAE/UFSC, 2012.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. **Relatório de Atividades da UFSC 2010**. Florianópolis, UFSC, 2011.

VARGAS, M. de L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v. 16, n.1, p. 149-163, mar. 2011.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez. 2010.